

Mentir para dizer a verdade

Marcelo Bolshaw GOMES¹

Resumo

Estuda-se nesse texto as origens ideológicas da(s) Teoria(s) da Conspiração, isto é, da concepção de mundo que acredita que o mundo é governado por forças invisíveis. O fio condutor desta investigação é a análise pontual do texto *A Arte da Mentira Política* (2006) – atribuído a político inglês Jonathan Swift e encontrado em Amsterdã em 1733. Durante a exposição e análise das ideias deste texto-guia, abordando-se também várias questões políticas atuais: a noção de ideologia, a crise da polaridade esquerda-direita, a imagem pública dos governantes, as ideias de risco e simulação, a modernidade e o papel dos meios de comunicação na democracia contemporânea.

Palavras-chave: Discurso político mediado. Imagem pública. Democracia.

Introdução

De nada adianta dizer que não há uma única verdade absoluta; que a verdade é sempre relativa ao seu tempo, ao seu local e aos seus sujeitos – como afirma Nietzsche. É preciso observar como essas diferentes verdades são produzidas, através de que critérios históricos seus sujeitos às elaboram. Pode-se conceber a Verdade em três modos distintos indissociáveis: a verdade objetiva ou a idéia de verdade; a verdade subjetiva ou sentimento de verdade; e a verdade intersubjetiva ou paradigmática.

Edgar Morin² (1986, 124), por exemplo, é um dos que distingue a idéia de verdade do sentimento *da* verdade.

“(…) A ideia de verdade corresponde a uma resolução da alternativa verdadeiro/falso, sem que ela nos implique ou nos afete necessariamente. Reencontramos ou formulamos incessante a ideia de verdade nos nossos cálculos, nas nossas percepções, nas nossas observações sem nos sentirmos implicados nela. (...) O sentimento de verdade traz a dimensão afetiva/existencial à ideia de verdade, e tanto pode apoderar-se da ideia de verdade como lhe obedecer. (...). O sentimento de verdade suscita uma dupla possessão existencial: uma tomada de posse da verdade (‘a verdade me

¹Professor Doutor do Curso de Comunicação Social e do Programa de Pós Graduação em Estudos da Mídia, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGEMUFRN). E-mail: marcelobolshaw@ufrnet.br

²Morin define a noção de ‘ideia’ (p.138) a partir de dois equívocos polares. Em primeiro lugar o idealismo, certamente inaugurado por Platão, supervaloriza a autonomia das ideias em relação ao mundo objetivo das coisas; por outro lado, estaria o erro de subestimar a autonomia das ideias, reduzindo-as a meras ilusões ideológicas. Para Morin, as ideias guardam uma autonomia relativa em relação ao seu contexto social, porém isto não resulta de uma primazia diante dos fatos e da realidade, mas sim de um Diálogo entre os dois aspectos cognitivos do homem no mundo: o mito e o logos.

pertence’) e uma tomada de posse pela verdade (‘pertence à verdade’); as duas posses ligam-se num anel que as alimenta uma à outra: ‘pertence à verdade que me pertence’; assim, ao mesmo tempo em que se torna uma entidade transcendente que adoramos, a verdade torna-se um bem pessoal, incorporado a nossa identidade”.

A noção de verdade como paradigma, por sua vez, é contexto e estrutura da idéia e do sentimento de verdade de acordo com regras e procedimentos epistemológicos válidos durante algum tempo, isto é, enquadra as dimensões objetiva e subjetiva em um determinado modo histórico de ver e pensar. Assim colocada, a idéia de Verdade é um universal transcendente, mas só se pode chegar a ela através do seu oposto, daquilo que, em determinado momento e lugar, foi considerado como ilusório e “não-verdadeiro”. Só se conhece a verdade através das mentiras com as quais a escondemos. E da mesma forma, que a idéia, o sentimento e o paradigma de verdade têm alguma autonomia, mas são irreduzíveis uns aos outros; também há entre a mentira objetiva, a ilusão pessoal e o engano coletivo uma certa indissociabilidade, em que cada uma guarda elementos das outras duas.

Considere-se que mentira é uma declaração feita por alguém que acredita ou suspeita que ela seja falsa, na expectativa de que os ouvintes ou leitores possam acreditar nela. Aliás, essa definição é a do senso comum: “uma declaração verdadeira pode ser uma mentira se o falante acredita que ela seja falsa; e histórias de ficção, embora falsas, não são mentiras”. Neste modelo, o que menos importa é se ela é realmente verdadeira! E as considerações relevantes são: o enunciador acredita no enunciado? Ele tem intenção de enganar? Está tentando ganhar alguma vantagem ou prejudicar alguém? Se for uma mentira a serviço de uma boa causa, então será uma mentira aceitável? Se for baseada em informações falhas, então foi um erro honesto? Será que a mentira é apenas uma questão de retórica política?

Do texto

No texto *A Arte da Mentira Política* tudo é enganoso: o autor, a procedência e o próprio motivo do texto. O texto atribuído pela Biblioteca Nacional de Paris e por Sir Walter Scott a Jonathan Swift parece ter sido realmente escrito por seu amigo John Arbuthnot (1667-1735), médico da rainha Anna e autor satírico escocês.

Em relação à procedência, o texto foi originalmente publicado em francês em Amsterdã em 1733; e, em relação ao seu propósito, trata-se de uma publicidade de uma

assinatura de dois volumes com o mesmo nome: a arte da mentira política, sem revelar seu autor. O texto descreve o conteúdo desses dois volumes capítulo a capítulo, que serão entregues ao preço de “14 chelins para os assinantes, dos quais sete serão pagos adiantados e os outros sete chelins no momento da entrega do segundo volume”. Mas, os dois volumes prometidos nunca foram encontrados, como também não registros de que os eventuais assinantes tenham sido reembolsados pelos valores pagos. Trata-se, como diz Courtine, de uma “brochura atribuída a Swift, oferecendo em assinatura um livro inexistente de um autor anônimo”. (SWIFT, 2006, p. 16)

Tudo é mentira também em relação ao seu conteúdo: a noção de mentira é bem ampla, incluindo a imaginação simbólica, a simulação visual, a representação teatral da política. Senão vejamos. Promete-se no 1º capítulo do livro que ainda será escrito explicar que a natureza da alma humana é um espelho duplo: um lado é plano, foi feito por Deus e reflete a verdade; o outro lado do espelho é cilíndrico, foi feito pelo Diabo, o pai da mentira, “que o cilindro, sendo muito maior e mais largo, recebe e reúne na sua superfície uma maior quantidade de raios visuais; e, por consequência, toda arte e sucesso da mentira política depende do lado cilíndrico da alma”. (SWIFT, 2006, p. 35.)

Semelhante ao espelho duplo da alma, os cientistas atuais subdividem a atividade neurológica, atribuindo um caráter racional ao lado esquerdo do cérebro e um caráter simbólico ao lado direito do cérebro. Nessa perspectiva ampliada proposta pela ‘pseudologia’, todo aspecto analógico do processo cognitivo (os sonhos, as metáforas, os símbolos) seriam mentiras (ou distorções) em relação à organização racional da percepção dos sentidos.

E a mentira assim, é mais interessante que a verdade.

Da interpretação das mentiras

Jean-Jacques Courtine, em sua leitura da Arte da Mentira Política, não dá muita atenção a essa universalidade abstrata da mentira diante da verdade, considerando que a questão central do texto consiste em descobrir se “é necessário enganar o povo para seu próprio bem?” Sua interpretação, portanto, equipara o texto à concepção de ‘nobre mentira’ de Platão e Maquiavel. Para ele, o tratado tem um caráter cínico prescritivo e tem como foco principal instrução do governante na arte da manipulação política.

Aliás, pode-se dizer que, grosso modo, o texto comporta três interpretações distintas: a moralista, a cínica e a satírica. Para a primeira interpretação, mentir é contra

os padrões éticos sendo tido como um pecado capital em muitas religiões. Nessa perspectiva, o texto é visto como um elogio da imoralidade política.

Para a interpretação cínica, por sua vez, as razões morais para se tolerar mentiras têm a ver em sua maior parte em evitar conflitos políticos e sociais.

Para esses, o texto é um manual de manipulação que orienta como utilizar a mentira política “para bem do povo”. Courtine chama de “mentir verdadeiro” à destreza em “subtrair as mentiras de toda possibilidade de verificação ou contradição; nunca ultrapassar os limites da verossimilhança; fazer variar as ‘falsidades salutares’” entre outras regras prescritas pelo texto a quem governa. Ele não só acredita na seriedade do texto como acredita também no fato da mentira ser um artifício discursivo em um universo relativo e subjetivo.

Não se sabe mais nada sobre a ciência certa. Aproximamo-nos, talvez, do estado ideal em que o discurso político estará finalmente livre do fantasma mesmo da verdade, que às vezes o assombra ainda como um velho remorso. (COURTINE, Jean-Jacques. **O mentir verdadeiro**, in SWIFT, 2006, p. 26.)

Mas, a mentira torna-se uma sátira com propósitos humorísticos quando explicita pelo tom jocoso que de fato é uma mentira, nestes casos é com frequência tratada como não sendo imoral ou oportuna, mas uma forma crítica velada bastante comum entre humoristas, escritores e poetas. A mentira satírica não tem suas origens na manipulação das elites, mas sim na resistência crítica ao poder.

E esse duplo enganar, esse mentir sobre as mentiras, é falar ironicamente a verdade. Para nós, esse é que é o verdadeiro *mentir verdadeiro* e a é a intenção principal do texto é de fazer uma paródia crítica de um manual maquiavélico e não a de prescrever aos interessados a excelência em falsidades.

Apenas os adeptos da interpretação cínica pensam que a verdade uma mentira é intersubjetiva ou um consenso artificial plantado em diferentes locais que se confirmam mutuamente. Tanto a interpretação moralista como satírica compreendem que a mentira não é apenas um artifício discursivo, mas sim a negação de algo que é verdadeiro.

Sendo que a interpretação moralista lamenta a mentira e invoca a verdade, enquanto a interpretação satírica invoca a mentira para dizer a verdade de modo dissimulado.

A mentira política

Após, definir mentira de forma geral e abstrata, o autor do panfleto promete, no 2º capítulo do livro que será escrito (SWIFT, 2006, p. 36), definir também a especificidade da mentira política em relação às outras mentiras.

Há alguns tipos de mentiras que são consideradas aceitáveis, desejáveis ou mesmo obrigatórias, devido à convenção social. As mentiras convencionais incluem: uso de eufemismos para evitar a menção explícita de algo desagradável; perguntas insinceras sobre a saúde de uma pessoa pouco conhecida; afirmação de boa saúde em resposta a uma pergunta insincera; desculpas para evitar ou encerrar um encontro social indesejado; garantia de que um encontro social é desejado ou foi agradável; dizer a uma pessoa moribunda o que quer que ela queira ouvir; e supressão de uma quebra de tabu e ou de um costume tradicional.

Mas, a mentira política distingue-se dessas mentiras sociais e de etiqueta. Para o autor do texto, a mentira política consiste na “Arte de convencer o povo” a agir de modo inconsciente, a manipulá-lo “para seu próprio bem”.

Definem-se três tipos de mentira política: Utile, Dulce et Honestum. A mentira útil é aquela que serve aos propósitos do governo; a doce, a que encanta os corações, as aventuras amorosas ou militares; e a honesta é mentira que acredita em si mesma – atualmente chamada pelos estudiosos de ‘ideologia’ – seja no sentido francês, alemão ou inglês dado a esse termo. No sentido francês (Bachelard e Althusser), a ideologia uma ilusão é oposta à objetividade científica³; no sentido alemão (Habermas e a Escola de Frankfurt), tudo é mentira: a ciência seria apenas uma forma racionalizada da ideologia dominante; e, no sentido inglês, a ideologia é uma meia-verdade. Thompson, por exemplo, define ideologia como uma forma simbólica que está a serviço do poder, deixando claro que existem outras formas simbólicas que não cumprem este papel (formas simbólicas não-ideológicas), ou mesmo que a ideologia é apenas uma das formas de interpretação possíveis de uma determinada forma simbólica. (THOMPSON,

³Em deferência a esta tendência francesa, os pensadores pós-modernos nunca usam os termos “ideologia” e “representação” porque denotaria uma alienação da vida social. Em uma falsa deferência à tradição francesa do “corte epistemológico” (isto é, a oposição metodológica radical entre ciência e ideologia advogada por Gaston Bachelard e Louis Althusser), Michel Foucault, na coletânea brasileira intitulada **Microfísica do Poder**, ironiza seus professores dizendo que falar em ideologia é considerar antecipadamente falsas as idéias alheias diante de um pensamento supostamente científico. Já Deleuze e Guattari, no **Anti-Edipo**, argumentam que o termo “representação” é reativo e inadequado porque pressupõem uma relação passiva com realidade. “O inconsciente não é um teatro de representação, mas sim uma usina de expressão”.

1995) Talvez seja necessário dizer que essas três concepções do termo ‘ideologia’ correspondem as três formas de interpretação da mentira: os alemães são cínicos, pois consideram que toda ideologia é ilusão; os franceses são moralistas, uma vez que afirmam que a verdade existe e que a ideologia a esconde; os ingleses beiram à sátira porque concebem que toda ideologia tem lado verdadeiro e outro falso ao mesmo tempo, que tanto a mentira quanto à verdade não são absolutas, mas facetas opostas de cada ideia.

E para justificar a legitimidade dessas meias mentiras, o autor promete no 3º capítulo do futuro livro definir o direito à verdade política, em oposição ao direito à verdade privada:

É necessário perceber que o povo tem direito de esperar que seus vizinhos lhe digam a verdade nos assuntos particulares: que cada um tem direito à verdade econômica, ou seja, que cada um tem o direito de exigir que os membros de sua família lhe digam a verdade, a fim de não ser enganado por sua mulher, pelos seus filhos, nem pelos seus empregados domésticos; mas que não há nenhuma espécie de direito sobre a verdade política e que o povo possui menos o direito de querer ser instruído sobre a verdade em matéria de governo do que o de possuir bens, terras, casas senhoriais. (SWIFT, 2006, p. 37-38)

Assim, apenas as elites são responsáveis e têm direito ao monopólio da verdade política. Eis o fundamento para enganar (para o próprio bem) o povo, as mulheres e as crianças. Mas será que apenas governo tem direito à manipulação? Não. Ao contrário da verdade, que é aristocrática e restrita; a mentira é democrática e todos podem dela se servir. Na promessa do 4º quarto, inclusive, o autor compara a democracia como via de mão dupla, em que o governo engana o povo segundo seu interesse, que por sua vez inventa mentiras sobre os seus governantes para também manipulá-los (SWIFT, 2006, p. 38).

É a imagem do soberano que fascina seus súditos ou é a opinião pública (a imagem que os cidadãos fazem do poder) que orienta o bom governo? A Imagem Pública de um governante é uma disputa entre a mentira que ele conta ao povo e as mentiras que contam sobre ele.

Tipos de mentira

No filme *V de Vingança* há uma fala que diz que os políticos usam a Imagem para esconder a Verdade, enquanto os artistas usam a Imagem para revelar a Verdade.

Na verdade, a imagem pública oculta uma determinada correlação de forças (a meia-mentira do governante) e revela aspectos do inconsciente (as meias-mentiras do povo)⁴.

Por isso, prescreve o texto, é preciso saber mentir diretamente não apenas sobre as qualidades do governante como também saber espalhar boatos, fofocas e rumores a seu respeito. Há, segundo a promessa do 5º capítulo (SWIFT, 2006, p.39), três tipos de mentiras políticas referentes às imagens públicas: a calúnia (que subtrai as qualidades), a mentira de adição (ou aumento) e a de translação (que transfere a reputação).

O autor enfatiza ainda a importância de nunca exagerar e que é preciso ser verossímilhante para mentir bem. Se quisermos aumentar ou subtrair alguma qualidade é preciso ser cuidadoso para não ir de encontro à imagem inata do personagem. Se for um homem miserável e queremos fazê-lo passar por generoso, por exemplo, devemos elogiá-lo em alguma caridade discreta, e nunca fazer alarde de uma grande doação.

Do mesmo modo, não se teria êxito em afirmar que, um homem conhecido por sua avareza e economia, gasta o dinheiro público com frivolidades; mas sim que ele desvia pequenas quantias que acumula em segredo.

O mesmo se dá com a mentira de traslado de reputação, que tanto pode transferir méritos com deméritos – é a mais utilizada pelos governantes em relação aos seus subordinados e ministros.

TABELA 1 – Tipos de mentiras

| MENTIRAS POLÍTICAS SEGUNDO SUA NATUREZA | | | |
|---|-----------------------|--------------|------------|
| ÚTIL | DOCE | HONESTA | |
| MENTIRAS POLÍTICAS SEGUNDO A MORFOLOGIA | | | |
| MENTIRAS ORDINÁRIAS | CALUNIA OU DIMINUIÇÃO | AUMENTO | TRANSLAÇÃO |
| MENTIRAS EXTRAORDINÁRIAS | A QUE AMEDRONTA | A QUE EXCITA | |

Mesmo tendo o cuidado de nunca exagerar, o mentiroso político precisa também inventar mentiras ‘maravilhosas’, isto é: que ultrapassem “os degraus ordinários da verossímilhança”. E segundo a promessa de 6º capítulo (SWIFT, 2006, p. 44), há dois tipos de mentiras maravilhosas (ou mentira-mito): a mentira que amedronta e a mentira

⁴ Debray (1993) estabelece três esferas históricas distintas para a Imagem: a logosfera (a imagem-ídolo após a escrita), a grafosfera (a imagem-arte após a imprensa) e Videosfera (a imagem-visual após a TV em cores). Na logosfera, a imagem era referenciada no sobrenatural em um tempo cíclico; na grafosfera passou a se referenciar na natureza e na realidade histórica; e na videosfera está sendo referenciada na percepção através de máquinas, isto é, na simulação virtual. A imagem-ídolo celebra o sagrado; a imagem-arte, o belo; e a imagem-visual, o novo.

que excita. Trata-se da velha contradição dialética entre medo e esperança (Platão, Maquiavel), entre coerção e consenso (Marx, Gramsci), entre o poder da força e a autoridade moral (Weber e o funcionalismo) – que hoje toma a forma do conflito entre o risco induzido e a simulação.

Imagem pública

Desde o Império Romano se sabe que à mulher de Cezar não basta ser honesta, ela deve parecer honesta também⁵, pois a Imagem Pública dos governantes e de seus familiares diretos tem um papel fundamental na vida política. Maquiavel, no famoso capítulo de *O Príncipe* (2004) sobre se mais vale ser amado que temido ou se é melhor ser temido que amando, estabelece, pela primeira vez, a idéia de que a Imagem Pública é um instrumento de legitimação do poder e deve ser combinada com o uso da força.

A imagem dos governantes e de seus familiares diretos sempre teve um papel fundamental na vida política. Hoje, porém, se tornou lugar comum entender que a disputa política se converteu, em grande parte, em uma competição por visibilidade na mídia, pela imposição da Imagem Pública dos atores políticos e de seus interesses. Os eleitores não votariam mais em programas, ideias ou propostas; votariam nas Imagens Públicas formadas qualidades pessoais e simbólicas dos candidatos. E até mesmo os eleitores mais sofisticados e menos vulneráveis ao personalismo da linguagem da mídia votam de acordo com a Imagem Pública partidária ou do grupo político que representa. E o mais importante: há uma inversão da perspectiva das relações de visibilidade entre governantes e governados: nos governos do *Ancien Régime*, dava-se visibilidade para símbolos e ocultava-se a vida pessoal do rei; nas democracias atuais, exige-se transparência total da vida pública e o poder invisível se escondeu nos gabinetes.

Porém, seria uma enorme simplificação afirmar que nos governos do *Ancien Régime* a falta de visibilidade formava Mitos Políticos puros; e, que a visibilidade moderna produz Imagens Públicas artificiais - uma vez que sempre houve uma reciprocidade entre a imagem do governante elaborada pelos governados e a imagem idealizada dos governados pelo governante. Há uma diferença decisiva entre a

⁵ Quando Júlio César estava no Egito com Cleópatra, o senado romano exigia a presença de sua esposa legítima nas festas desacompanhada, como prova de fidelidade ao marido ausente. Tal fato deu origem ao ditado popular: ‘à mulher de César não basta ser honesta, mas deve também parecer honesta’.

visibilidade presencial do Mito Político e a visibilidade mediada da Imagem Pública, mas esta diferença não é absoluta e tem várias graduações históricas.

Risco & Simulação

Antes de Thomas Hobbes (2004) fundamentar a obediência ao poder no medo ao Leviatã (o Estado visto como um monstro mitológico que impede a guerra social de todos contra todos), não se fazia distinção entre o poder divino e o poder dos homens. Tudo acontecia pela vontade de Deus (ou dos deuses), inclusive os acontecimentos referentes à organização política da sociedade. A mentira-mito-científica (somos governados pela violência) substituiu as mentiras-mito-religiosas.

E se o ‘risco’ é uma mentira que nos amedronta, a simulação é a mentira complementar que nos excita. Como mentira maravilhosa, o risco produz uma nova experiência de tempo/espaço em que o futuro e sua simulação passam a desempenhar um papel central. Na época em que foi escrita *A Arte da Mentira Política*, a simulação era apenas uma “mentira de prova” (‘proof-lies’ em inglês ou ‘balão de ensaio’ como diz a gíria) e não era uma mentira extraordinária nem tinha ainda este sentido de antecipação e escolha de possibilidades em oposição às falsas ameaças e ao risco fabricado. A mentira virtual não é só uma nova forma de esperança, seu poder vem da capacidade de nos incitar ao risco, à aventura, ao desconhecido.

Para Foucault (1984), nas sociedades disciplinares a verdade era sempre confessada. A sinceridade era um critério de verdade para relações pessoais e a verdade filosófica precisava ser descoberta pela ciência por de trás das aparências da realidade. Hoje vivemos a mudança deste padrão do desvelamento para um novo modelo em que se um evento não for simulável, não será verdadeiro. Ao invés de ser exorcizada, a imaginação é agora ampliada e utilizada como um método de investigação; a simulação holográfica é uma ferramenta de reconstituição do real com um nível de objetividade e precisão além da percepção biológica e de suas interpretações, tornando-se não apenas um critério de verdade científico, mas também uma garantia de objetividade em várias áreas da vida social, como no futebol e no direito.

O panfleto discute ainda, na promessa de seu 9º capítulo (SWIFT, 2006, p. 51), a velocidade e duração das mentiras ordinárias e extraordinárias e, promete no 8º capítulo do futuro livro (SWIFT, 2006, p. 48), tratar da organização institucional da mentira –

seja nos partidos políticos (na profissionalização da confraria de fofoqueiros), nos jornais e outros meios de comunicação (que o autor considera “sem talento”) ou mesmo na própria ideia de ‘cultura’ – esta grande mentira que nos engana a todos. A Imagem que fazemos de nós mesmos nos engana? Para Marx, esta mentira esconde nossas reais relações de produção; para Freud, ela sublima nossa violência e nossa sexualidade; para Levi-Strauss, há uma única e grande mentira ocultando muitas pequenas verdades.

A verdade como negação da mentira

Muito se fala, bem e mal, sobre a reviravolta metodológica proposta por Foucault ao desconsiderar o Estado como centro do qual emana o poder e a vida política; mas, assim, a sua maior e mais subversiva contribuição ao pensamento político contemporâneo passa despercebida: a idéia segundo a qual as leis não são regras normativas para regulamentar a vida social em tempos de paz, mas a própria guerra das estratégias de uma determinada correlação de forças. A lei não é expressão contratual do poder, ela é o próprio poder que descreve, analisa e classifica as condutas humanas. “É a lei quem produz a delinqüência”. A produção de aberrações⁶ é engendrada pelo próprio sistema social e também faz parte da estrutura de controle. O controle não é apenas o dispositivo restritivo que gera a aberração, mas também o seu resultado positivo: a transgressão e a mudança dos padrões de organização. A sexualidade, para Foucault, é um campo em que essa produção de comportamento aberrante é bem visível: não há diretamente uma repressão sexual, mas interjeição, isto é, somos incitados ao sexo através de sua aparente interdição. Depois, da liberação sexual dos anos 60, no entanto, o consumo de substâncias de efeito psíquico passou a ser o foco deste tipo de mecanismo de proibição/transgressão.

Porém, de forma geral pode-se dizer que a produção de aberrações está em toda parte – como denunciaria uma criança ainda preocupada com a Verdade: Por que a velocidade máxima permitida nas placas de trânsito é inferior a dos velocímetros dos carros? Por que, sendo proibida a pirataria, os computadores gravam CDs e DVDs? Por

⁶ A mesma idéia aparece na crítica cibernética ao modelo sociológico funcionalista, principalmente na definição da categoria de “*Comportamento Aberrante*”. Para Howard Becker, George C. Homans, Albert Cohen, Thomas Scheff, Leslie T. Wilkins e Walter Buckley, que sistematizou o pensamento de todos: “Precisamos estar preparados para possibilidade de que um sistema social passe a gerar e a manter forças aberrantes e desorganizadoras de maneira tão *automática* quanto a que gera mecanismos de conformidade e organização”. BUCKLEY, 1971, p. 234.

que os melhores filmes só podem ser vistos pelos adultos? Por que há coisas que as crianças não podem saber?

Seguindo essa mesma lógica da produção de comportamentos aberrantes em uma oitava superior, observa-se, no entanto, que este universo ilusório, formado por tantas e tão diferentes mentiras, é que permitem o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de pessoas realmente verdadeiras, com dignidade ética e liberdade de consciência. E, portanto, para se conhecer os critérios de produção da verdade e desses comportamentos, em um determinado período de tempo e lugar, é preciso antes conhecer as formas de mentir e de dissimular.

Mentiras gêmeas

Outra anedota interessante sobre o tema é aquela que pergunta: quem mente mais, o homem ou a mulher? E responde: o homem mente mais, mas a mulher mente melhor. A promessa de 7º capítulo (SWIFT, 2006, p. 46) trata de saber se quem mente mais na política, se é a esquerda (na época, os *'Tories'*) ou a direita (denominados de os *'Whigs'*, no texto) e tira uma conclusão semelhante: a direita mente mais, mas a esquerda mente melhor.

Ou como se pode pensar a partir do esquema proposto por Bobbio (2001): a esquerda mente dizendo que somos iguais (na verdade, somos diferentes) e omite que essa igualdade nos restringe a liberdade); a direita mente dizendo que somos livres (na verdade, somos interdependentes), escondendo que a liberdade floresce na desigualdade.

Giddens (1996) aponta ainda para simetria paradigmática de algumas posições hoje insustentáveis: ou temos a regulamentação econômica com anarquia moral – como quer a esquerda; ou a anarquia econômica com fortes controles morais – como deseja a direita.

TABELA 2 – Mentiras políticas parciais

| MEIAS-MENTIRAS DE ESQUERDA | MEIAS-MENTIRAS DE DIREITA |
|---|---|
| Defende intervenção econômica do Estado | Liberdade de Mercado |
| Liberdade total para vida sexual e familiar | Moralismo tradicional, regulamentação da vida civil |
| O crime é produto da desigualdade social | O crime resulta do hiper-individualismo pessoal |

E a política de terceira via se justifica por uma despolarização pragmática do modelo esquerda x direita, em que planejamento e a liberdade se combinem criativamente. E este realinhamento dos extremos com a noção do centro radical (o centro não é o meio termo entre direita e esquerda, mas sim de inversão de suas polaridades) desemboca na idéia de uma política sem inimigos. Para esquerda, os maus são os capitalistas, o mercado, as grandes corporações, os EUA, etc; para direita, os maus são: o estado inchado, o relativismo cultural, os imigrantes e os criminosos. “Mas não há uma fonte concentrada dos males do mundo: temos que deixar para trás a política de redenção” (GIDDENS, 2001, p.45) – afirma Giddens, que, ao que parece, pretende mentir mais e melhor do que todo mundo, afirmando que a democracia e o debate político são sempre capazes de chegar racionalmente as melhores decisões.

A mentira utópica

Para Rousseau, democracia não é para os homens, pois somos violentos, passionais e mentirosos. A democracia é um governo para os deuses. A verdadeira relação da democracia com os jogos olímpicos não é que essa forma de governo se assemelhe a um jogo cuja regra os jogadores devem respeitar, mas sim o fato que em ambos exigem de seus participantes a superação de seus limites em um constante aperfeiçoamento, porque em ambos os homens aspiram a se tornar deuses.

Talvez a democracia seja a maior de todas mentiras políticas que homem já elaborou. O autor da *Arte da Mentira Política* considera o regime democrático, como uma ampliação do direito à mentira. Mas, não é só isso, a própria democracia em si mesma é uma grande e poderosa mentira de longo prazo e tem um estatuto próprio. Como bem demonstra Miguel (2000: p. 44-48), a democracia não é um mito do discurso político (uma mentira histórica ‘normal’), ela é 'a' utopia (o projeto de uma sociedade perfeita sempre inacabada) por excelência. Os mitos estão sempre ancorados no passado imemorial, na tradição, na origem anterior à história; a utopia, ao contrário, está projetada no futuro, em um tempo que ainda não chegou no 'fim da história'.

Bobbio (2000) elabora um eufemismo interessante para as mentiras da democracia representativas atuais: suas “promessas não cumpridas”, isto é, aquilo que as democracias representativas gostariam de ser idealmente, mas que efetivamente não são.

As “promessas não-cumpridas” são: a democracia promete defender o interesse público (mas apenas negocia acordos dos interesses privados); a democracia promete acabar com os privilégios das elites, tratando todos os indivíduos de forma igual (mas há uma persistência das oligarquias e do tratamento desigual); a democracia promete ainda educar o povo para cidadania, transformando súditos em cidadãos, aumentando a participação ativa de todos sobre tudo (mas, o que se constata é a crescente apatia política dos jovens de melhor instrução e renda); a democracia promete, através da imprensa livre, acabar com o poder invisível (mas a transparência não venceu a privacidade dos acordos particulares); para citar apenas as promessas principais.

Nessa perspectiva, o pluralismo dos grupos acabou com a democracia dos indivíduos. Bobbio acredita que a democracia moderna nasceu de uma concepção individualista de sociedade, em que a vontade coletiva é produzida pela regra de maioria e acatada por todos formando uma unidade de ação “de forma centrípeta ou monocrática”, porém, na verdade, sempre vivemos em uma policracia, em que os grupos (e não os indivíduos) lutam para preservar seus interesses de forma centrífuga. Assim há uma flagrante contradição entre a representação do interesse público (da vontade da maioria) com a representação dos interesses privados em vários níveis: regionais, corporativos e pessoais.

Mas apesar desta situação e de suas mentiras - as “promessas descumpridas”, em nenhum momento Bobbio desiste da mentira democrática em si como sendo a melhor (ou, por baixo, “a menos pior” – como disse De Gaulle) forma de governo. Sua crítica visa antes levantar as deficiências institucionais da democracia para aperfeiçoá-la, através de uma passagem gradativa da democratização do Estado à democratização da sociedade e das instituições (da escola, da fábrica, dos bairros). Giddens chama este processo histórico-institucional de “democratização da democracia”, miniaturizando ainda mais a idéia de democracia, entendida agora não como uma 'forma de governo', mas como um método de relacionamento entre pais e filhos, entre grupos de amigos, entre marido e mulher (GIDDENS, 2003, p.61)

Explico-me melhor: a democracia como método não consiste simplesmente na regra de maioria (pois assim seria impossível existir democracia entre duas pessoas com interesses diferentes, como professor e aluno, por exemplo), mas sim no 'novo contractualismo', isto é, na negociação dos interesses divergentes e das próprias regras de negociação. A democracia vista desse modo não é o predomínio formal do consenso sobre o dissenso, mas a tomada de decisões através das regras negociadas entre os

diferentes pontos de vista que formam uma unidade de ação. Mas, o que interessa é saber qual papel da mídia nesse contexto, as mentiras de curto prazo, desempenham nesta grande mentira que é a democracia?

A usurpadora

Muitos acusam a mídia de querer ter o monopólio da verdade, mas é justamente o contrário: os meios de comunicação aspiram ao monopólio da mentira, isto é, não deixam nem os governantes nem os governados mentirem, considerando-os imorais e corruptos a qualquer deslize que se apresente útil à manutenção de sua posição: o lugar da fala e de mediação entre os interesses público e privados. Em um outro tempo, o lugar da fala era a própria autoridade do soberano e esta era baseada no seu direito divino à verdade. O governante mentia com tranquilidade e mesmo que ele fosse descoberto em suas inverdades, a força de sua posição estratégica, garantida pelas armas e pelos deuses, isto não causaria uma crise de legitimidade sobre seus súditos. Porém, hoje em dia a mídia tomou a cadeira do governante e se institui constantemente como uma autorreferência dos acontecimentos que noticia. Para imprensa, apenas ela tem o direito de mentir e esta é sua grande e principal mentira: “*O governo mente, os partidos mentem, todos mentem – somente nós falamos a verdade*”.

Além de conceber *A Arte da Mentira Política* como um manual de manipulação, Courtine deseja também proceder a sua atualização para o contexto da comunicação de massa:

“Desde a época de Swif, a mentira política fez sua revolução industrial: com o desenvolvimento da imprensa escrita no século XIX, ela saiu do estágio oral, se mecanizou e conseguiu uma sistematicidade e uma difusão com as quais não teria ousado sonhar [...]”. (SWIFT, 2006, p. 22)

Mas, nem de longe, Courtine imagina o verdadeiro papel desempenhado pela usurpadora. Ao se apresentar como um campo de mediação em que os atores políticos e econômicos se enfrentam, a mídia esconde que ela mesma é um ator social, portador de interesses políticos e econômicos. O poder de dar visibilidade a alguns fatos e acontecimentos em detrimentos de muitos outros que os meios de comunicação efetivamente têm na sociedade atual não pode se confundir com a pretensiosa mentira de “construir a realidade social”, desconsiderando tudo que não interessa a seus propósitos.

Engana-me que eu gosto

Então, a verdade nos é desagradável e inacessível, enquanto a mentira pode ser comparada a uma droga em que somos viciados. Temos medo e desconforto diante da verdade e uma verdadeira compulsão pela mentira. Mas, nós não nascemos mentirosos. Fomos educados para sê-lo. Primeiro, através da imitação dos pais e irmãos, aprende-se a mentir sobre os sentimentos. E depois que se toma gosto pela enganação, ela se torna voluntária, apaixonada e até mesmo obsessiva. Finalmente, na escola e no trabalho, aprende-se os fundamentos da mentira política e da mentira científica – para que possamos aperfeiçoá-los, desenvolve-los e levá-los adiante, para as futuras gerações de mentirosos.

Para Bruno Latour (1994), a modernidade é um duplo artifício de simulação entre a Natureza e a Sociedade, de forma que, através de uma série de falsas oposições, elas sejam diferenciadas. A este dispositivo, Latour denomina "o duplo artifício do laboratório (ou a força epistemológica do empírico e do experimental) e do Leviatã (ou a força hermenêutica do pensamento por modelos e da intersubjetividade)". No laboratório temos uma natureza transcendente, parcialmente construída, mas que nos ultrapassa em sua totalidade, e uma sociedade imanente, sempre presente em todos os nossos atos triviais; no âmbito do pensamento social, ou na metáfora do Leviatã, temos, ao contrário, uma natureza imanente aos homens e uma sociedade que é mais do que a soma de seus elementos.

Mas, na verdade, ao separar as relações políticas das científicas - mas sempre apoiando a razão sobre a força e a força sobre a razão – chega-se a uma natureza selvagem e inútil (sem sociedade) e uma sociedade artificial e morta (sem natureza). A modernidade é essa dupla mentira em que a natureza explica o que é verdadeiro; a sociedade, o falso; em que o poder científico representa apenas as coisas e o poder político representa somente os homens. Primeira mentira: aprendemos, na escola, que enquanto a verdade científica é objetiva e natural; e que a verdade política é essencialmente social, subjetiva e relativa. Assim, a primeira mentira é que a política é mentira e que, portanto, não há nenhuma possibilidade verdadeira de mudança. E a segunda mentira? *“Somos superiores aos primitivos porque separamos a natureza da sociedade”*.

Assim, do mesmo modo que são inverídicas as polaridades paradigmáticas de esquerda-direita e de público-privado, a dialética entre natureza e sociedade também

não existe de fato. Tudo é representação. Representações de representações. Se acreditarmos que “tudo realmente é mentira”, que toda ordem simbólica é, na verdade, uma construção mental sem referência externa imediata, então compreenderemos as origens ideológicas da Teoria da Conspiração, isto é, da concepção de mundo que acredita que o mundo é governado por forças invisíveis.

Lembremos das três formas de interpretação da mentira e de sua associação a noção de ideologia de diferentes autores contemporâneos. Em primeiro lugar, temos a interpretação cínica e da ideologia absoluta, preferida pelos autores alemães, hoje representada pelo pensamento de Habermas, que acreditam na visibilidade como principal forma de poder e na tese de que tanto a verdade como a mentira são intersubjetivas. Em segundo lugar, temos a interpretação moralista, de preferência francesa, em que a ideologia é vista como uma mentira (tanto por Bachelard e Althusser, mas principalmente por Foucault, Deleuze e Derrida). Dentro dos franceses, nesse segundo grupo o poder era visto como algo que se percebe através do discurso, imanente à linguagem, inscrito no detalhe e não na totalidade como um conjunto de correlações de forças e de relações invisíveis e silenciosas.

Mas, há também uma terceira possibilidade de interpretação da mentira, a crítica satírica, que associamos às noções relativas de ideologia e de representação dos pensadores ingleses atuais Thompson e Giddens, e, sobretudo, à noção de simulação, como critério de produção de verdade. A simulação virtual na verdade substitui a crítica satírica da representação, que era uma mera paródia e uma caricatura do real, para se constituir em uma duplicação da realidade com muito mais riqueza de detalhes e de dinâmicas secundárias do que poderíamos perceber.

Considerações finais

A Arte da Mentira Política prescreve que no 11º capítulo (SWIFT, 2006, p. 54) do livro prometido que ‘contra uma mentira, outra mentira é mais real que a verdade’. Não adianta tentar desmentir uma mentira com a ‘realidade nua e crua dos fatos’ pois ninguém vai acreditar. Porém, se desmentirmos uma inverdade com outra ainda maior e mais detalhada, todos se convencerão de sua veracidade.

Pode parecer que se descambou definitivamente para o cinismo ou para o deboche com essa última prescrição - semelhante ao famoso ditado que “é mais fácil fazer as pessoas acreditarem numa grande mentira dita muitas vezes, do que numa

pequena verdade dita apenas uma vez” - mas, ao se meditar um pouco, observa-se dois sentidos ocultos nessa aparente obscenidade.

Em primeiro lugar, do ponto de vista social, esse preceito significa que contra uma Matrix (a imagem ilusória que a sociedade faz de si mesmo de modo a omitir informações desagregadoras e reforçar seus mecanismos de controle) de nada vale a natureza ou a realidade histórica, apenas uma outra imagem mais aperfeiçoada poderá substituí-la. Por isso, contra a teoria paranoica da conspiração é preciso propor uma hipótese protonóica da conspiração, ou seja, é possível que realmente sejamos governados pela mentira (ou orientados pela representação – se preferirem), mas não necessariamente para sermos eternamente dominados e explorados. A protonoia sugere que há realmente forças invisíveis, mas que elas não desejam nos controlar e sim conspiram a nosso favor, a favor do nosso desenvolvimento comum. A representação (principalmente as simulações virtuais em situações de risco) tem um caráter pedagógico em relação à verdade e à sua dissimilação (a simulação das simulações, a representação elevada à enésima potência).

Depois, em segundo lugar, do ponto de vista do próprio texto, no entanto, há ainda uma terceira interpretação possível: que para superar filosoficamente *A Arte da Mentira Política* enquanto mentira, ou melhor, enquanto um mentir verdadeiro (um modo de interpretação que desqualifica outras formas de interpretar como sendo mentirosos) é preciso escrever um outro texto igualmente mentiroso (que não acredite em seus enunciados), mas que seja capaz de aperfeiçoar os critérios de produção da verdade.

Referências

BOBBIO, Norberto. **O futuro da Democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000a.

_____. **Teoria Geral da Política**. Brasília: Editora da UnB, 2000b.

_____. **Direita e Esquerda**. São Paulo: UNESP, 2001.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCHI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário da Política**, Brasília: Editora da Unb, 2000c.

BUCKLEY, Walter. **A sociologia e a moderna teoria dos sistemas**. São Paulo: Cultrix, 1971.

DEBRAY, Régis. **Vida e morte da imagem** – um olhar sobre o ocidente. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. **O Anti-Édipo**. Lisboa: Assírio e Alvin, 1972.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. **Mil Platôs – Esquizofrenia e Capitalismo**, v. 1, 2, 3, 4 e 5. Rio de Janeiro: editora 34, 1980.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- _____. **A História da Sexualidade I, II e III (A Vontade de Saber, O Uso dos Prazeres e O Cuidado de Si)**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, 1984 e 1985.
- _____. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970 a 82)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- _____. **Para Além da Esquerda e da Direita**. São Paulo: UNESP, 1996.
- _____. **A terceira via**. Rio de Janeiro: Record, 2001a.
- _____. **A terceira via e seus críticos**. Rio de Janeiro: Record, 2001b.
- _____. **O Mundo em descontrole – o que a globalização está fazendo de nós**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- MAQUIAVEL, Nicolau;. **O Príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2004
- MORIN, Edgar. **Método III: O Conhecimento do Conhecimento**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1986
- NIETZSCHE, F.W. **Genealogia da moral: uma polêmica**. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- SOUZA, Diógenes de. **O uso do ciberespaço pela sociedade civil organizada e a hipótese de superação da teatralização dos assuntos políticos**. Trabalho apresentado no 1º Congresso Anual da Associação Brasileira dos Pesquisadores em Comunicação Política (COMPOL), em Salvador, UFBA, 2006. Disponível em http://www.poscom.ufba.br/congresso/pdf/scat5/Sousa_2006.pdf, último acesso em 17/06/2007.
- SWIFT, Jonathan. **A arte da mentira política** – precedido pelo texto “O mentir verdadeiro” de Jean-Jacques Courtine – tradução Mônica Zoppi-Fontana e Roberto Leiser Baronas. Campinas: Pontes, 2006.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna** – teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____. **A mídia e a modernidade** – uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.